

Uma paixão cega pelos meios visuais?¹

José Carlos Rodrigues

Podemos partir do pressuposto esquemático de que, para cada forma de vida, existem dois mundos. Por um lado, há um mundo construtor, de cujas transformações resultaram as variadas formas de vida. Este é um mundo anterior e exterior, preexistente, absoluto, comum a todos os entes, e, de certo modo, indiferente às suas próprias transformações. Este primeiro é um mundo que deverá continuar a existir mesmo quando não mais persistirem as formas de vida que gerou. Mas há também, por outro lado, mundos construídos por cada forma específica de vida, mundos interiores aos seres vivos, mundos efêmeros, que deverão durar apenas enquanto perdurarem as manifestações particulares do viver que os geraram.

Estes mundos segundos, relativos, dependem dos modos diversos por que operam os órgãos dos sentidos de cada forma de vida. Segundo as espécies, eles decorrem dos aparatos de sensibilidade às cores e às formas, bem como do alcance da visão, que não são os mesmos para todos os seres vivos. Estes mundos segundos estão igualmente restritos aos quase inesgotáveis limiares auditivos das variedades particulares de animais. Limitam-se aos parâmetros variáveis de suportabilidade térmica, às minúcias diferenciadas das competências olfativas e das preferências gustativas. Assim, sobre o mundo primeiro, estes mundos segundos definem, para cada forma animal, algo como um universo à parte: por isso, minhocas e golfinhos, pirarucus e águias, baratas e serpentes estão simultaneamente alojados em um “mesmo” mundo, singular, em que habitam, e em mundos diversos, plurais, onde vivem.

Construídos, os segundos mundos se transformam em construtores. É pelos prismas de seu segundo mundo que cada espécie percebe o primeiro. Igualmente, é através deles que percebe os infinitos mundos segundos das demais formas de

existência. Trata-se aqui de um princípio universal, que vale também para os seres humanos: decorre daí que o universo construído pelos humanos é irrevogavelmente antropocêntrico. Tão antropocêntrico quanto é bovinocêntrico o das vacas e felinocêntrico o das onças. Isto significa que, como acontece com todas as espécies, aquilo que os humanos percebem do mundo são informações já previamente cifradas – não cores ou cheiros em suas existências objetivas.

Tanto para seres humanos quanto para as demais formas de vida, é bastante seguro que os aparatos perceptuais dependam de determinações orgânicas com base genética. Também é certo que as percepções de mundo resultantes derivem de codificações inscritas na estrutura dos órgãos de sentido e operacionalizadas por esses mesmos órgãos através de circuitos nervosos e de conexões neuronais. Tais codificações, como vimos, definem os parâmetros de possibilidades e de limitações de que resultarão os mundos construídos. Desse modo, a audição humana, por exemplo, operaria apenas no âmbito de certos parâmetros biologicamente assentados, da mesma maneira como a visão de certos animais está limitada por fatores biológicos a um espectro que se situa entre o preto, o branco e algumas gradações de cinza. Não devemos excluir a importância dessas propriedades orgânicas que, por exemplo, determinam que as rãs reconheçam como “mosca” e imediatamente ingiram tudo o que tenha certo tamanho, seja preto e se mova.

Contudo, no caso específico dos humanos devemos manter em altíssima consideração o fato de que, se é verdade que os órgãos dos sentidos codificam biologicamente as percepções (e os mundos daí decorrentes), também é verdade que estes órgãos de sentidos se encontram igualmente codificados por convenções e valores – convenções e valores que os retiram da pura biologia e os inscrevem no reino das relações sociais e da cultura. Decorre disso, para compreender os segundos mundos humanos seria imprescindível observar também como variam os sentidos, suas utilizações e suas qualificações segundo os diversos grupos sociais.

Seria necessário desnaturalizar os sentidos, historicizando-os, para compreender, por exemplo, como se deu que odores que foram perfeitamente suportáveis durante a Idade Média se transformassem em repugnantes para o homem contemporâneo (Corbin, 1987). Seria preciso desabsolutizar a sensibilidade, para entender como o cheiro pode variar culturalmente – de modo que o de certos queijos, tão agradável a narizes franceses, possa parecer repulsivo a pessoas de outras nacionalidades.

Relativizar os sentidos, para considerar como os Dayak podem julgar particularmente bom o odor da putrefação da cabeça do inimigo (Hertz, 1970:7); ou, ainda, como o olfato desempenha um papel particularmente importante para certos grupos árabes, nos quais se considera também o cheiro na escolha de um companheiro e se tem como normal durante a combinação de um casamento que o intermediário do noivo algumas vezes peça para cheirar a noiva antes de autorizar o matrimônio (Hall, 1977:143-4).

Desbiologizar o aparato perceptual, para compreender como os odores podem ser importantes na organização da cosmologia dos Suyá. Ou como podem servir de base para a habilidade tradicional que os esquimós têm de se locomover por paisagens visualmente pouco discerníveis, decifrando a direção em que é necessário caminhar a partir dos cheiros que os ventos trazem (Hall, 1977:77). Ou, ainda, para avaliarmos como os aromas são aproveitados para a elaboração de um calendário olfativo entre os andamaneses.

Em linha semelhante, ilustrando a existência de parâmetros para os sentidos que se situam dentro dos limites da cultura, seria conveniente lembrar, bem perto de nós, das habilidades sensoriais muito particulares dos afinadores de instrumentos musicais e das dos provadores de vinhos, de cafés, de perfumes ou de charutos. Poderíamos recordar as sensibilidades específicas, visuais, tácteis e olfativas, dos controladores de qualidade de produtos, dos lixeiros e coveiros, as dos vizinhos de depósitos de lixo, de fábricas de cigarro, de cerveja... Valeria a pena, igualmente, ter em mente aquelas pessoas que, deficientes quanto a um sentido, desenvolvem por treinamento habilidades especiais em outras faculdades – como cegos que aprendem a jogar futebol com bolas sonoras, ou surdos que se tornam particularmente hábeis em leitura labial.

Esta dimensão cultural e aprendida dos sentidos humanos é talvez uma das razões pelas quais adolescentes que foram cegos de nascença ou adultos que há muito perderam a capacidade de ver e que recuperaram a visão, não desenvolvem automaticamente “a capacidade, o impulso para *olhar*, para *agir* com a visão” (Sacks, 1995:132), isto é, para dirigir a visão, para agarrar o mundo visualmente. Além disso, eles não começam a enxergar subitamente. Ao menos de forma provisória, continuam ainda mentalmente cegos (fenômeno descrito por vários neurologistas e psicólogos como *agnosia visual*) e carecem de algum tempo para serem afetados pelo que vêem, até adquirirem noções como as de espaço, de distância, de profundidade, de tamanho... Precisam de algum tempo para aprender a combinar as partes do que vêem no todo que elas compõem (a cabeça, as patas e a cauda de um animal, por exemplo). É-lhes necessário aprender a conceber as várias aparências de seres e objetos, quando observador ou quando observados estão em movimento, como constituindo um “mesmo”. Enfim, necessitam de um lapso, até que os borrões se transformem em nitidez, que as formas tomem formas e que o “visto” seja decifrado e reconhecido.

Da mesma forma como homens e mulheres enxergam coisas bastante diferentes dentro de um *shopping center*, de um estádio de futebol ou frente a uma geladeira aberta, os tupi têm como perfeitamente nítida a floresta que para os brancos aparece como um confuso emaranhado de troncos, galhos e folhas. Por isso eles podem combinar encontros junto a árvores específicas (Laraia, 1986:69 e 96). A mesma razão de socialização do ver poderá explicar como, para passar informações a companheiros que se encontram embarcados, pescadores posicionados sobre co-

linas à beira-mar, em Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, com frequência consigam localizar, identificar e dimensionar cardumes – com base na contemplação da superfície da água e na avaliação das modificações que o deslocamento dos peixes produz sobre a mesma. A inscrição dos órgãos de sentidos no universo das culturas possivelmente será também o motivo pelo qual índios das planícies norte-americanas sejam conhecidos pela habilidade extrema, que lhes é peculiar, de visualizar e reconhecer imagens muito longínquas no horizonte (cavalos, por exemplo). Esta é também a razão pela qual Lévi-Strauss (1979:32-33) sustenta que, treinados, alguns marinheiros se tornem capazes de à luz do dia enxergar o planeta Vênus.

Tais exemplos nos ensinam que para os seres humanos – assim como cheirar não se reduz a cheirar e ouvir não se resume a ouvir – ver não é apenas ver. Em várias regiões do Terceiro Mundo, por não estarem habituadas a representações espaciais em que falte a dimensão de profundidade, mães que não foram escolarizadas com frequência apresentam dificuldade de decifrar os esquemas e as ilustrações que, nas reuniões de pais e mestres, os professores desenham sobre os quadros-negros. Até aprender certos princípios de codificação, quando criança, eu demorei algum tempo, indo ao cinema, para compreender que os trens e automóveis que se locomoviam em direção à câmera não estavam avançando sobre o meu corpo e não iriam me atropelar. Foi-me necessário absorver algumas regras de construção da imagem cinematográfica. Internalizar códigos visuais: mais ou menos como minha filha adquiria uma espécie de gramática de interação com a imagem televisiva, quando, muito pequena, perguntava-me se as pessoas que via na televisão também a enxergavam.

De modo semelhante, pessoas socializadas em culturas não acostumadas com convenções de linguagem cinematográfica podem perfeitamente imaginar que nos filmes as pedras são capazes de se mover por si próprias. E podem entender que os personagens de cinema são seres igualmente mágicos, que possuem os dons especiais de variar de tamanho e de aparecer com roupas milagrosamente diferentes entre uma e outra cena. Ou podem imaginar que nas telas, segundo os enquadramentos procedidos pela câmera, os seres humanos foram esquartejados (cabeças separadas de mãos, pés desgarrados do tronco, olhos que aparecem sem o rosto ou o corpo correspondentes etc.).

Para os que insistem em sustentar a objetividade do ver, vale fazer recurso ao arsenal de anedotas ilustrativas da antropologia e lembrar uma que envolve um grupo tribal para o qual agentes de saúde ocidentais exibiam filmes que se propunham a esclarecer sobre os perigos que determinadas moscas representavam para a saúde humana. Com o objetivo de ressaltar a gravidade da ameaça e de colocá-la em evidência, os filmes freqüentemente mostravam os insetos em *close*. E suscitavam nos seus destinatários o seguinte comentário: “Vocês têm razão em se preocupar com as suas moscas. Mas as nossas não são tão grandes!”.

Por conseguinte, se os homens codificam o mundo por meio dos sentidos, as sociedades codificam os sentidos e as relações entre estes. Para os seres humanos, as percepções não independem das concepções. Entre nós, ocidentais modernos, a visão parece ter adquirido um papel progressivamente proeminente, pelo menos desde o Renascimento. Esta precedência fez com que se tenha tornado nada raro, nas línguas modernas, que se tente dirigir a atenção de alguém para alguma coisa, pessoa ou acontecimento, dizendo-lhe: “Olha!”. Também passou a não ser excepcional que se convide alguém a provar o sabor de um sorvete, exclamando: “Veja que gostoso!”. Nem ficou infreqüente oferecer uma flor ao olfato de uma pessoa, sugerindo: “Olha como é perfumada!”.

Em nome dessa valorização especial da visão, a pessoa arrojada se transformou em “visionária”. A que tem uma sensibilidade maior que as demais passou a ser tida por “vidente”; a cuidadosa, por “previdente” e a louca, por “alucinada”. Dizemos que uma pessoa estimada é “bem-vista”, que um sábio é “iluminado” e que um homem pouco inteligente “não enxerga um palmo na frente do nariz”. Daí, faltou apenas um passo para que uma boa idéia viesse a ser simbolizada por uma lâmpada acesa (como nas revistas em quadrinhos), que uma situação triste passasse a ser “sombria” e que um infeliz pudesse ter sido vítima de “mau olhado”.

Na mesma linha, compreende-se que entender algo virasse “ver claramente”, que um caso complicado se julgasse “obscuro”, que ajudar a resolver um problema se transformasse em “dar uma luz” e que cuidar de algo consistisse em “dar uma olhadinha”. Por causa dessa valorização especial da visão, passamos a, de vez em quando, nos surpreender com crimes praticados “em plena luz do dia” e a pensar que um conhecimento superficial, assim como uma paixão fulminante, fosse “à primeira vista”. Pela mesma razão, pôr no mundo tornou-se “dar à luz”. A coruja, capaz de enxergar no escuro, foi alçada a símbolo de sabedoria. E a onisciência divina passou a ser representada pela imagem de um olho, pintada acima do altar principal em muitas igrejas católicas.

Coerentemente, uma pessoa de nossa civilização atual deve ter “ponto de vista”, “visão da história” ou “visão de mundo”. Por isso periodicamente elegemos “homens de visão”, para serem objetos de nossas homenagens. Por idêntica razão, batizamos de “Iluminismo” um período da história que nos envaidece e de “Idade das Trevas” um que arvoramos ter deixado para trás. Ensinamos nossas crianças a “ver com os olhos, não com as mãos” e costumávamos castigá-las, pelo menos até bem pouco tempo, aprisionando-as em um quarto escuro, como, aliás, ainda se faz com prisioneiros em algumas penitenciárias.

Por causa da valorização cultural do sentido do olhar, uma pessoa da nossa civilização é alguém que deve “ver para crer”, que pensa que as coisas e eventos que

se relacionam “têm a ver”. É alguém que acredita em testes psicológicos baseados em “ler” manchas de tinta sobre uma cartolina e que repete que “os olhos são o espelho da alma”. Uma pessoa que dá ares de sabedoria a bobagens do tipo “o que os olhos não vêem o coração não sente” ou “longe dos olhos, longe (ou perto, tanto faz) do coração”. Por causa dessa valorização, ela é também uma pessoa que dá ouvidos a teóricos da comunicação, como McLuhan, que sustentam que a luz seja informação em estado puro. Em suma, é um ser humano que empresta credibilidade a mitologias que proclamam que “no início eram as trevas e fez-se a luz”.

Dentro desse quadro, é bastante compreensível que esta civilização – batizada por alguns como “da imagem” – tenha com tanto empenho se dedicado às técnicas e tecnologias associadas à visão: elas são como pilares que a sustentam. Desde as mais simples até as mais complexas, vale com o mesmo peso para tais técnicas a seguinte ponderação: o que seria da cultura ocidental moderna, de sua construção histórica e de sua expansão, se não tivessem sido inventadas as formas mecânicas, elétricas ou eletrônicas de olhar?

Em outros termos: teria tido ela o mesmo destino, sem as técnicas e tecnologias de informação visual contidas na escrita, na imprensa, nos mapas, nos gráficos, nos diagramas, nas lâmpadas, nas miras dos fuzis e dos canhões, na fotografia, nos binóculos, nos telescópios, nos microscópios, no cinema, na televisão, nos monitores de computador e assim por diante? Que o leitor fixe seu pensamento e especule por alguns segundos apenas sobre aquela que parece ser a mais singela dessas invenções: o que seria de nossa cultura sem as lentes corretoras dos óculos que quase todos portamos ou portaremos?

Lembrando da tensão cultural que no Ocidente opôs iconolatrias a iconoclastas e dos freqüentes tabus sobre reproduções de imagens (humanas ou não) é interessante registrar que esta importância particular do ver não existiu sempre, que cresceu depois do Renascimento e, junto com o individualismo que o perspectivismo visual materializava (Harvey, 2003:223), muito especialmente a partir do Século das Luzes. O triunfo da visão, como Michel Foucault (1978) demonstrou, materializou-se particularmente quando um olhar analítico, objetificante e calculista começou a percorrer escolas, fábricas, hospitais, prisões, asilos, entre outras instituições, em busca de uma visibilidade esquadrinhadora tão total quanto possível.

Esta vitória correspondeu a uma novidade. A mitologia antiga com freqüência desqualificou a visão, referindo-se a sábios que eram cegos – como se a cegueira concedesse uma espécie de dádiva especial de “vidência”. Ela também apresentou personagens que receberam punição ou que causaram desgraça pelo simples fato

de terem olhado ou visto algo, como aconteceu na Bíblia com a mulher de Lot, que foi transformada em estátua de sal e como ocorreu com Narciso, afogando-se na própria imagem. Foi o que aconteceu com Pandora, caindo na tentação de espiar dentro da caixa que continha os sofrimentos e as misérias do mundo. E também o que sucedeu com Orfeu, dirigindo seu olhar para trás e testemunhando, como punição, a segunda morte de sua amada Eurídice.

Historiadores recentes chamaram a atenção para o detalhe de que os homens da Idade Média “não sabiam ver” (Le Goff, 1975:261). Registraram que a identidade pessoal era fortemente afetada pelo fato de serem quase inexistentes os espelhos capazes de reproduzir a imagem de um corpo humano inteiro, que a função de espelho era exercida pelos olhos, pelos rostos ou pelas atitudes dos outros – o que obviamente tinha importantes implicações sobre a identidade pessoal. Observaram igualmente que os retratos eram raríssimos e, como os espelhos, destinavam-se a apreço a situação financeira e social diferenciada de seus possuidores. Perceberam que os relatos de viagens dos tempos medievais não faziam muita distinção entre o que era visto e o que era ouvido. Por outro lado, estes historiadores ensinaram que a palavra escutada das pessoas com credibilidade na comunidade é que era tida como um dos principais critérios de verdade. Ao lado da palavra, figuravam também entre os critérios de verdade as visões místicas e as aparições em sonhos – mas nesses casos as imagens atribuíam ao ver um caráter muito distinto daquele que progressivamente passou a prevalecer oficialmente em nossa cultura.

Nos tempos de hoje, os olhos é que fornecem o critério mais definitivo de verdade. Esta evidência está expressa nos nossos cotidianos. Figura na anedota que narra a história de um marido muito desconfiado da fidelidade de sua mulher – mas que se recusa a acreditar em traição, apenas porque ela apagou a luz do quarto de motel em que se deitou com o amante. Está na mãe que, mesmo na presença do filho, orgulhosa da beleza do bebê, insiste em mostrar suas fotos ao interlocutor que o elogiara, dizendo: “Mas você ainda não viu as fotos dele!”. A mesma evidência encontrei no sentimento de um amigo que, arrependido, confessa precisar viajar de novo a Amsterdã, pois havia esquecido de levar na bagagem a sua máquina fotográfica. Pois é: depois de tanto conhecermos o real e o verdadeiro por fotografias, talvez tenhamos passado a precisar de imagens e de fotografias para sentir que as coisas e os acontecimentos são reais ou verdadeiros. E a realidade acabou por parecer cada vez mais uma espécie de duplicação das imagens.

A importância da visão como critério de verdade comparece quotidianamente em nossa cultura nas festas e espetáculos, que continuam a acontecer em salões e em estádios, como de hábito – mas também, e cada dia mais, simultaneamente em monitores e em telões. Manifesta-se igualmente no anúncio de uma câmera, que tenta mitigar a angústia de morte, tão comum em nossa época, pela ilusão de fixar o tempo – ilusão que os meios de registros visuais e sonoros facilitam como nada

– dizendo: “Vovô não está mais aqui. Mas para nós sempre fumará o seu cachimbo. Filme! Assim você fixará um pedaço da vida!”.

A visão como critério de verdade em nossa cultura contemporânea se expressa por excelência na objetividade científica, cada vez mais concebida como uma espécie de evidência visual captada por aparelhos supostamente neutros (microscópios, telescópios, ultra-sonografias...). Na clínica, por exemplo, desapareceram aceleradamente os exames em que o médico auscultava, apalpava e cheirava seus clientes. Acusados de exageradamente subjetivos, esses procedimentos estão sendo esquecidos e vêm sendo substituídos por técnicas e por tecnologias que fornecem uma tradução visual (fotos, textos, gráficos, radiografias, tomografias etc.) da condição de saúde dos pacientes. Permitindo-me algum exagero, parece que progressivamente toda ciência, esta forma de conhecimento baseada em *evidências*, esteja transformando-se em um ramo da ótica.

Proclamamos que a Justiça é cega e a representamos simbolicamente enquanto tal. Mas em nossos procedimentos jurídicos a ilusão de objetividade e de neutralidade sugerida pela adoção da visão como critério de verdade também comparece. Como em nossa cultura de desodorização o olfato é antes de tudo um sentido de suspeita (“isso não me está cheirando bem!”), que grau de credibilidade poderíamos esperar que nos tribunais obtivesse uma testemunha olfativa? Iguamente, já que “palavras voam”, qual o valor do depoimento de alguém que simplesmente *ouviu dizer*? É preciso conceder que aqui e ali se aceitam como provas algumas confissões, depoimentos e fitas de gravação sonora. Mas esta aceitação quase sempre enfrenta alguma dificuldade processual. Além disso, é preciso submeter tais provas a escrivães, digitadores ou peritos que sistematicamente transformam o sonoro em visual. Este foi o caminho pelo qual o vocábulo “advogado” praticamente perdeu o significado etimológico que o associava a “vogal” e a “voz”...

Nessa linha de raciocínio, podemos compreender facilmente em que fonte de inspiração foram encontrados muitos dos títulos de revistas de informação que se pretendem neutras e objetivas. Lembremos de *Visão*. Pensemos em *Vêja*. Mais repletas ainda de fotografias, recordemos a *Realidade* e relembremos a *Fatos & Fotos*. Ou, ainda, ressuscitemos o *Repórter Esso*: um programa de notícias que se proclamava nada mais nada menos que “testemunha ocular da história”, mesmo sendo radiofônico. Ao lado disso, verificamos também uma tendência crescente nos jornais impressos (estimulados talvez pela competição com os televisivos e digitais) de enfatizar o *design* gráfico, ou seja, de tentar parecer mais visuais que textuais.

Em geral sem que o receptor saiba o que se passa atrás das câmeras, em todos esses casos podemos flagrar a mesma estratégia persuasiva de utilizar um presumido realismo da visão e da imagem como argumento para fazer crer e fazer aceitar. Enfim, táticas retóricas que, apoiadas na presunção de realidade e verdade de que

a fotografia (Barthes, 1984) e seus derivados estão imbuídos, objetivam apenas aumentar a verossimilhança da ficção e do imaginário.

★★★

Embevecidos pela escrita, achamos conveniente esquecer que ela só existiu em sociedades de classes. Considerando-a um bem quase absoluto, no limite queremos que seja de modo simultâneo “democratizada” e “obrigatória” para todos os seres humanos. Sequer percebemos que nesse desejo duplo reside uma enorme contradição. A aura que atribuímos à escrita nos faz desprezar o fato de que desde os tempos mais remotos ela venha sendo um dispositivo fundamental de coletividades fundadas na desigualdade.

Encantados com as grandes obras que inegavelmente propiciou, poucas vezes nós lembramos que as classes que detiveram a escrita nunca diferiram das que controlaram o poder. Também não costumamos levar em consideração que um dos seus empregos originais foi – e em grande medida continua a ser – o de, como instrumento de Estado, fixar leis escritas. Estabelecer normas que deveriam ser impostas a pessoas em geral analfabetas. Outorgar leis que se pretendem superiores às tradições e aos costumes e que, de cima para baixo e de fora para dentro, visam a os moldar, asfixiar ou abolir. Pior: todo este esquecimento se dá com frequência mesmo quando se trata de pessoas politicamente bem intencionadas.

Do mesmo modo, em plena “era da visibilidade”, esquecemo-nos do ensinamento de Michel Foucault (1975) de que nem sempre a luminosidade e a visibilidade libertam. Incidindo no equívoco gigantesco de desconhecer que toda tecnologia é poder, que todo poder só existe *como* tecnologia e que toda tecnologia é sempre *de* poder, muitas vezes olhamo-la por apenas um de seus lados, isto é, por aquele que nos diz que ela é “boa”, pois toda consideração ética ou política dependeria apenas das finalidades de sua utilização. E acabamos considerando generalizadamente que em si mesma toda tecnologia seja neutra e que não seja passível de questionamento de um ponto de vista ético ou político. Sobretudo, esquecemos que qualquer tecnologia depende de uma ética determinada que a inspira, autoriza e viabiliza, ética essa que estará sempre inscrita nas técnicas e nos instrumentos que ela inspirar, autorizar ou viabilizar. Estão aí as moto-serras, os *napalms*, os motores que poluem a atmosfera, os armamentos nucleares etc. para nos ajudar a refletir melhor sobre a suposta neutralidade ética e política da tecnologia.

De modo semelhante ao que acontece relativamente à escrita em particular e à tecnologia em geral, por esta via neutralizadora vemo-nos com frequência impedidos de avaliar que a presente multiplicação tecnológica de telas e de câmeras que se espalham por toda parte não apenas se limita a materializar um sistema de disciplina, de controle e de vigilância que esquadrinha constantemente nossos comportamentos.

Encantados com estes aparelhos e com as belas obras que às vezes propiciam, nem sempre leigos e especialistas percebem que eles fazem muito mais do que vigiar ou controlar. Nem sempre levamos em consideração o fato de que, sob o pretexto de nos proteger, esta pululação de meios visuais transforma cada um de nós em agentes e pacientes desse mesmo poder que nos vigia e controla.

Dito de outra maneira: esta “democratização” faz de cada um simultaneamente emissor e receptor, produtor e consumidor, algoz e vítima do sistema de controle. Máquinas fotográficas convencionais ou digitais, videocassetes, *webcams*, *dvds*, *videogames*, *softwares* para edições domésticas de imagens, câmeras de vídeo, binóculos e filmadoras que operam até mesmo na escuridão, mídias interativas, mídias convergentes... são apenas alguns desses meios modernos, dessas “novas tecnologias”, como está em voga dizer, feitos na medida de nossas almas, de nossas mãos e – cada vez mais – de nossos bolsos. Com frequência pensamos que isto é muito bom e estancamos nesse ponto a nossa reflexão.

Acontece que esta parafernália faz de nós, cada dia mais, seres sujeitados às máquinas – seres *dependentes*, não apenas usuários ou consumidores delas. Faz-nos também seres crescentemente submetidos *pelas* máquinas, por seus ritmos, por suas limitações. Mas o encantamento pelos novos meios poucas vezes nos permite perceber um modo muito especial de submissão que vai ainda mais longe: o que transforma cada um de nós em componentes intrínsecos de um sistema, em partes constituintes, em peças de um maquinismo no qual comparecemos como ponto de entrada, de saída e de *feedback*. Como observaram Deleuze e Guattari: “... a relação do homem e da máquina se faz em termos de comunicação mútua interior...” (1997:156-9).

Somos pessoas vigiadas, que se sabem sempre vigiadas. Pior que isso, crescentemente tendemos a agir e a sentir com base nesse conhecimento. Ainda mais grave e ainda pior, sabendo-nos vigiados, internalizamos o sistema de vigilância e fazemo-lo existir e funcionar mesmo quando ele está “ausente” ou “inativo”. Por exemplo, sempre nos comportamos de modo dócil diante delas, mesmo sem saber se as câmeras que nos convidam a sorrir estão ligadas ou não. Apesar disso, falamos paradoxalmente de “democratização”, supostamente materializada nos “progressos” que passaram a permitir o acesso de um número cada vez maior de pessoas a uma quantidade cada vez maior de aparelhos miniaturizados, portáteis e com preços acessíveis.

De novo, este é apenas um lado da questão. O fascínio contemporâneo pelo visual e pela imagem com frequência tem enevoado o senso crítico. Assim, de modo sutil, o raciocínio nos faz esquecer que a miniaturização foi historicamente um dos caminhos que possibilitaram a expansão de um sistema social baseado na propriedade privada. Pensemos, ilustrativamente, na história dos relógios. No início, eles eram gigantescos, luxuosos, escassos e aristocráticos. Aos poucos, foram se capilarizando

pela sociedade, sob a forma de objetos cada vez menores, mais cotidianos e mais acessíveis: “democratizaram-se”.

Mas essas máquinas foram também ditando cada vez mais intensa, tirânica e visceralmente a cadência do modo de vida que veio a ser o nosso. O mesmo pode estar a acontecer com os chamados “novos meios”: cada vez mais miniaturizados e possuíveis, cada vez mais capilarizados socialmente, como o relógio estes moderníssimos aparelhos talvez estejam realizando o progresso – que não conseguimos, ou não queremos, enxergar – de um sistema de poder que, em outros níveis, de boa fé, muitas vezes acreditamos contestar.

Na nossa sociedade, a exaltação da visão é simultânea ao mal-estar em relação ao contato corporal e aos dos tabus sobre os olhares. Como sabemos, ao mesmo tempo em que captura alguma coisa, em princípio todo olhar se oferece e revela algo. A mínima nuance dele, a mais milimétrica fração de sua duração ou de sua direção, pode ser extremamente significativa. No âmbito da hierarquia do olhar, tão importante em nosso tempo, o menor detalhe pode ser perigoso, trair ou sugerir intenções. Pode violar privacidades, encenar desprezo, sugerir desrespeito, expressar afronta. Por isso, nos ônibus, nos elevadores, nas ruas, nas salas de espera, ficamos embaraçados, devemos nos policiar, não sabemos bem como ou para onde olhar. E muitas vezes, nessas circunstâncias, defensivamente mostramos, ou fingimos, indiferença aos outros.

A visão é por excelência o sentido da distância, da comunicação sem contato, da objetificação. Talvez ela seja o menos afetivo dos sentidos, o mais apropriado ao individualismo. Por ironia, parece que também está se miniaturizando, visceralizando e democratizando o *panopticon* – aquele dispositivo estudado por Michel Foucault e que se destinava a permitir que um vigilante situado em uma torre central controlasse visualmente, sem ser visto por estes, os prisioneiros que foram alojados em celas individuais.

Podemos ver essa capilarização em fenômenos aparentemente tão banais e microscópicos como a multiplicação dos óculos escuros, crescentemente mais opacos ou espelhados, cada vez mais freqüentemente adicionados a uma quantidade sempre maior de rostos, mesmo em dias nublados, em ambientes fechados e às vezes mesmo à noite: é que eles casam bem com a sociedade do individualismo e da propriedade privada. Se, por um lado, oficialmente, mais ou menos como acontece com os automóveis climatizados, escurecidos por vidros *fumés*, os óculos escuros protegem contra a luminosidade excessiva, por outro, como no caso do *panopticon*, são cada vez mais indevassáveis, impedem a visão do olhar e impossibilitam a reciprocidade visual.

Como os *reality shows*, com os quais têm um sutil parentesco, esses apetrechos facilitam o exercício individualista de um espectador que quer ver sem ser visto. Possibilitam o olhar que quer receber sem oferecer. Viabilizam o egocentrismo visual que devolve a cada outro apenas um reflexo rebatido de seu próprio olhar. Materializam, em suma, olhares solitários, de seres humanos que são como mônadas que muito raramente se interpenetram.

Sem grandes reflexões, hipnotizados por este maravilhamento com o progresso das comunicações, ouvimos e repetimos o pensamento hegemônico de que as novas tecnologias expressam a imensa facilidade contemporânea de comunicação. Ora, diante da magnitude de parafernália comunicacional que as sociedades industriais e de consumo desenvolveram, teorizações como esta não passam de obviedade lastimável.

Mas essa obviedade apenas reflete o fato de que não costuma passar pela cogitação da maioria de nós, nem pelo pensamento de grande parte de nossos teóricos, que este verdadeiro frenesi de comunicação pode muito bem constituir uma espécie de sintoma a apontar para uma gigantesca dificuldade comunicativa. Diante das telas dos computadores, isolados em seus apartamentos ou em cabines de *lan houses*, um número crescente de pessoas imagina-se navegando em direção às outras: mas para acreditar nisso precisamos mais uma vez esquecer o outro lado da questão, que é o fato de vivermos em uma cultura sempre mais e mais individualista e que, em vez de na rede, mais ou menos como se estivesse fazendo uso de um *walkman*, o mais freqüente é que cada um esteja conectado a si mesmo.

De modo análogo, desconhecendo que em nenhuma outra época ou sociedade os indivíduos comuns se viram tão desprovidos das informações básicas que lhes permitissem levar uma vida ordinária, proclamamos orgulhosamente, leigos e especialistas, que vivemos na “era” ou na “sociedade da informação”. Mais um chavão oficial e hegemônico, mais uma obviedade que se costuma repetir de maneira acrítica e que, de novo, põe em evidência apenas um aspecto do problema: a imagem que a sociedade industrial e de consumo procura difundir de si mesma.

Acontece que esta certeza, comuns em pessoas que normalmente mal estão informadas do nome de seu vizinho, não resiste à mínima relativização. Dito de outra forma, tal segurança não passa pelo teste de comparação com qualquer comunidade indígena, camponesa, ou mesmo com pequenas cidades de qualquer continente. Estes são arranjos sociais, em que ainda vive a maior parte da humanidade: constelações de pessoas nas quais quase todas dispõem de quase toda informação necessária para viver a vida normal e cotidiana de um habitante nativo.

Para mostrar o outro lado desse chavão simultaneamente ingênuo e ardiloso, não precisamos, pois, nos deter em questões extremamente ácidas e conhecidas

dos teóricos da comunicação, questões que apontam para o quase monopólio da informação por determinados atores da cena ou dos bastidores contemporâneos (classes sociais, grupos, países, empresas, agências de segurança ou de notícias etc.). Também não somos obrigados a considerar as possibilidades sempre presentes de manipulações fraudulentas, de sonegações propositais, de censuras e coisas do gênero. Igualmente não carecemos de considerar as deturpações normais, inerentes à entropia de qualquer processo de comunicação.

Basta-nos trazer para o palco uma outra faceta, bem mais cotidiana, bem mais micropolítica desse nosso tempo, que Barthes (id.:173) qualificou como aquele em que “as imagens são mais vivas que as pessoas”: quando consideramos a insaciável carência informacional que transformou o ler um jornal, o assistir a um noticiário de rádio ou de TV, em rito matinal quase obrigatório, que devemos repetir à noite, não poderíamos de modo igualmente plausível sustentar que vivamos em uma “sociedade de desinformação”?

José Carlos Rodrigues
Professor da PUC-Rio

Nota

1. Trabalho originalmente apresentado no GT Comunicação e Cultura, da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPÓS), em maio de 2005.

Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs* (vol. 5). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. *Naissance de la clinique*. Paris: PUF, 1978.
- HALL, Edward. *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1977.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HERTZ, Robert. *Sociologie religieuse et folklore*. Paris: PUF, 1970.
- LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1970.
- SACKS, Oliver. *Um antropólogo em Marte*. São Paulo: Schwartz, 1995.

Resumo

Cada cultura codifica os órgãos de sentido e suas relações recíprocas. No mundo ocidental, pelo menos desde a Renascença, observou-se uma crescente valorização do sentido da visão. Esta valorização determinou que a visão seja considerada atualmente como um importante critério da verdade em vários domínios, como o da Medicina, como o do Direito, o da Ciência e, particularmente, o da Comunicação. A valorização da visão tocou também o cotidiano contemporâneo e se traduz em comportamentos, em idéias e em sentimentos. O objetivo deste trabalho é apresentar uma contextualização antropológica e histórica deste fenômeno chamado “cultura da imagem” ou “civilização do olhar” e levantar algumas hipóteses a propósito de sua significação sociológica e política.

Palavras-chave

Imagem; Cultura midiática; Critério de verdade; Micropolítica; Significação; Corpo; Contemporaneidade; Subjetividade; Poder.

Resumé

Chaque culture codifie les organes de sens et leurs rapports réciproques. Dans le monde occidental, au moins à partir de la Renaissance, on a observé une croissante valorization du sens de la vision. Cette valorization a déterminé que la vision soit actuellement considérée comme un important critère de vérité dans plusieurs domaines, comme dans celui de la Médecine, du Droit, de la Science et, particulièrement, dans celui de la Communication. La valorization de la vision a touché aussi le quotidien contemporain et se traduit en comportements, em idées et em sentiments. Le but de ce travail c'est de présenter une contextualization anthropologique et historique de ce phénomène de l'on appelle de “culture de l'image” ou de “civilization du regard” et de lever quelques hypothèses à propos de sa signification sociologique et politique.

Mots-clés

Image; Culture des média; Critère de vérité; Micropolitique; Signification; Corps; Contemporaneité; Subjectivité; Pouvoir.